

**COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DAS ANTIGAS  
CHARQUEADAS: TERRITÓRIOS NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS**

COMMUNAUTÉS QUILOMBOLAS DANS LA RÉGION DE LES ANCIENS CHARQUEADAS: TERRITOIRES  
NOIRS ET POLITIQUES PUBLIQUES À SÃO LOURENÇO DO SUL, RS

Patrícia dos Santos Pinheiro

Vol. XI | n°22 | 2014 | ISSN 2316 8412



# COMUNIDADES QUILOMBOLAS NA REGIÃO DAS ANTIGAS CHARQUEADAS: TERRITÓRIOS NEGROS E POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO SUL, RS<sup>1</sup>

Patrícia dos Santos Pinheiro<sup>2</sup>

**Resumo:** A partir desse texto, serão discutidos elementos de organização política de comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, Rio Grande do Sul, em especial em suas relações mais recentes com o poder público. O município faz parte da região de Pelotas, polo charqueador movido pela escravidão que teve expressão nos séculos XVIII e início do XIX. Para tanto, o trabalho discorre sobre os processos de conformação dos territórios negros, operados ao longo do tempo pelas famílias quilombolas e seus descendentes e que é renovado atualmente a partir do autorreconhecimento como comunidade quilombola.

**Palavras chaves:** Comunidades negras rurais, Política pública, Quilombos.

**Resumé:** À partir de ce texte seront discutés des éléments d'organisation politique des communautés noires rurales de la municipalité de São Lourenço do Sul, en particulier dans ses relations plus récentes avec l'Etat. La municipalité s'inscrit dans la région de Pelotas, centre de production de charque, activité propulsé par l'esclavage, qui a trouvé son expression dans les XVIIIe et XIXe siècles. À cette fin, le travail discute les processus de formation des territoires noirs actionnés au cours du temps par les familles quilombolas et leurs descendants et qui est renouvelé actuellement à partir de la autoreconnaissance en tant que communauté quilombola.

**Mots-clés:** Communautés noires rurales, Politique publique, Communauté marron.

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse texto é discorrer sobre as formas de organização política atuais das comunidades negras rurais do município de São Lourenço do Sul, RS, a partir de experiências das comunidades Vila do Torrão, Rincão das Almas e Picada em ações de reconhecimento identitário e acesso a direitos sociais junto ao poder público, reflexões que são fruto de minha pesquisa de doutorado, em andamento.

Durante a referida pesquisa, foram se delineando conexões entre as dinâmicas atuais de intervenção política dessas comunidades negras e suas respectivas trajetórias, ou seja, as diferentes maneiras como foram se configurando os territórios negros em São Lourenço ao longo da história se tornaram um elemento importante de análise. Essas configurações remontam ao período da escravidão, mas se atualizam e se adaptam, evidentemente sem uma linearidade. Incluem trajetórias de pessoas, acontecimentos e lugares, com histórias de vida dos moradores atuais e de seus antepassados, narrativas

<sup>1</sup> Exposição realizada na Mesa redonda intitulada "Comunidades quilombolas na região das antigas charqueadas", na II Jornada de Estudos sobre Escravidão, Resistência e Pós-abolição: territorialidades, cosmologias e relações étnico-raciais, organizado pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Brasil.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), Brasil; doutoranda em Ciências Sociais em Ambiente, Sociedade e Agricultura, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), Brasil. Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Brasil.

sobre o lugar habitado, sobre os deslocamentos (forçados ou desejados) e sobre as condições vivenciadas, muitas vezes repletas de estigmatização.

Para desenvolver essa discussão, inicio por um debate teórico sobre a própria ideia de territorialização, para adentrar, posteriormente, na análise dos processos de ocupação agrária em sua complexidade étnico-racial e a formação de comunidades negras localizadas na área que corresponde ao município de São Lourenço do Sul, procurando mostrar suas estratégias de permanência em um ambiente frequentemente desfavorável. Para tanto, utilizo obras de correntes historiográficas que procuram se contrapor às narrativas oficiais sobre a presença negra na região e no Rio Grande do Sul, que anteriormente ora era minimizada (e até negada), ora era diluída a uma suposta democracia racial que estaria presente nesse estado mesmo antes da Abolição (BENTO, 1956)<sup>3</sup>. Ressalto, entretanto, que em relação ao período do Pós-abolição, as pesquisas acadêmicas são mais escassas para essa região e mesmo com esse processo árduo de reconstrução histórica, ainda há um vazio de informações do final do século XIX até o período atual sobre a formação dos territórios negros.

Após essa discussão, será possível realizar alguns apontamentos sobre os processos atuais de “inserção” das comunidades em políticas públicas de reconhecimento identitário e suas possibilidades, formas de modificação, subversão e adaptação no acesso a elas, incluindo mecanismos de organização colocados como necessários, ou seja, como elas se colocam no processo.

O município em questão, São Lourenço do Sul, situa-se às margens da Laguna dos Patos e faz parte da região que compunha a cadeia produtiva das antigas charqueadas, localizadas na vizinha Pelotas, que tiveram expressão no final do século XVIII e ao longo do XIX. São Lourenço é composto de áreas de campo, onde atualmente são praticadas a rizicultura, sojicultura e a criação de gado em grandes e médias propriedades, e áreas de planícies e serrarias, onde há a produção de alimentos como milho feijão e batata e, principalmente, de fumo. A área de serrarias corresponde à Serra dos Tapes, que atravessa São Lourenço e percorre outros municípios, como Pelotas e Canguçu, habitada por indígenas da tribo Tape até pelo menos o século XVII (COSTA, 2007). Esse local se tornou importante referência para a presença negra na região durante e após o período escravagista, e contou também com intensa colonização de origem teuto, principalmente a partir da segunda metade do século XIX.

Há indicações de que aproximadamente 43 comunidades negras rurais vivem atualmente na região denominada como Zona Sul, que tem como polo o município de Pelotas, e podem ser mencionadas, até o momento, sete comunidades em São Lourenço do Sul, a partir de mapeamento realizado pela ONG CAPA (CAPA/MDA, 2010). Destas, cinco já receberam certificados de autorreconhecimento emitidos pela

---

<sup>3</sup> Esses estudos recentes, que se concentram principalmente sobre o período colonial, em especial durante o ciclo charqueador da região e a consequente intensificação da escravidão, abordam, por um lado, sua força e crueldade, mas, por outro, procurando reforçar o viés da humanização das pessoas escravizadas, seus desejos, trajetórias, formas de resistência cotidianas e de adaptação. Podem ser mencionadas, respectivamente, obras como a de Maestri (1997) e Gutierrez (1993, 2010), já na segunda, de Osório (2007), Zarth (2002), Al Alam (2008) e outros.

Fundação Cultural Palmares (FCP), o que significa um reconhecimento oficial por parte do poder público. Essas comunidades são: Monjolo (Serrinha), Picada, Vila do Torrão (Canta Galo), Coxilha Negra e Rincão das Almas. Além destas, as comunidades do Faxinal (Campos Quevedos) e do Boqueirão já foram identificados pela FCP (CAPA/MDA, 2010).

Hammes (2010) menciona ainda grupos quilombolas que teriam habitado outras localidades dentro de São Lourenço, como Pinheiros, Sítio, Boqueirão Velho e a atual sede do município, principalmente em um bairro que era chamado de Vila (atual Barrinha), até meados do século XX. Há também diversas famílias negras dispersas no interior da área colonial e também nos núcleos urbanos próximos (Pelotas, Cristal, São Lourenço do Sul) ou mesmo na região metropolitana de Porto Alegre, mas que mantêm laços familiares com os seus locais de origem, como indicado por seus familiares que permanecem nas comunidades da presente pesquisa.

Dentre as comunidades envolvidas nessa pesquisa duas se localizam no interior da colônia teuto do município: Picada e Vila do Torrão. A Picada, situada em Santa Teresa, distante 43 quilômetros do centro do município, atualmente tem cerca de 15 famílias, em aproximadamente 55 hectares de terras íngremes, com distribuição desigual entre os membros das parentelas ali presentes. A comunidade apresenta forte migração (permanente e sazonal), principalmente dos jovens para a cidade de Cristal, vizinha de São Lourenço, em busca de oportunidades de trabalho. Lá os (as) jovens encontram ocupação em olarias, paradores de viajantes e como empregadas domésticas, entre outros.

Já na Vila do Torrão, no Cantagalo, habitam cerca de 20 famílias, em sete hectares. A comunidade se localiza a cerca de 50 quilômetros do centro urbano de São Lourenço. Além da manutenção de plantios de subsistência e de pequenas áreas de criação de animais, há famílias que plantam em pequenas áreas arrendadas (assim como na Picada), os demais trabalham basicamente como assalariados em lavouras (principalmente de fumo). A outra comunidade mencionada, o Rincão das Almas, localiza-se próximo da rodovia BR 116 e da sede do município, onde trabalham muitos dos seus moradores, além de manterem pequenas criações de animais ou lavouras. Também realizam atividades assalariadas em postos de gasolina e como peões em fazendas. Em seus 50 hectares, atualmente residem mais de 100 famílias.

Ao longo do doutorado, que se iniciou em 2011, com um período mais intenso de trabalho de campo de outubro de 2012 até dezembro de 2013, estão sendo adotados métodos etnográficos, tendo como premissa a relativização. Durante esse período, foram realizadas visitas, conversas informais e entrevistas com famílias das três comunidades, que atravessavam os temas mais diversos, respeitando a crítica dos interlocutores sobre a inserção política diante da presença do poder público e de outros atores, bem como as suas estratégias de participação em espaços coletivos, sem ignorar as relações entre poder, desejo e subjetividade, como lembra Spivak (2010). Nesse texto foi feita a opção por não identificar os interlocutores, apenas a sua comunidade de origem, com o intuito de preservar suas identidades pessoais.

**BREVE NOTA SOBRE TERRITÓRIOS E ETNICIDADE**

Os processos atribuídos ao território possuem dimensão estratégica para se pensar a relação entre grupos étnicos e destes com o Estado, a partir de diferentes perspectivas e debates. Oliveira Filho (1998) procura trazer esse debate, a partir de uma preocupação central em mostrar como os “índios do Nordeste” – os índios “misturados” – configuraram-se enquanto objeto de análise. Oliveira Filho (1998) debateu o termo territorialização, trabalhado na Antropologia a partir de Maine, no qual estão em jogo processos de reorganização social aos quais um grupo está sujeito, em que grupos externos exercem um papel significativo<sup>4</sup>. No caso abordado por Oliveira Filho, a descrição se dá sobre os processos de territorialização, e a formação do objeto político, com mecanismos de tomada de decisão e de representação que conectam os grupos com o externo, mas não necessariamente nas formas desejadas pelo próprio grupo. Diante disso, afinidades e vínculos são retrabalhados pelos diferentes atores, dentre os quais o Estado tem um papel chave.

Desses elementos, é possível depreender importantes análises. Oliveira Filho discutiu a relevância de se pensar na dissolução de imagens e trajetórias estagnadas e idealizadas de grupos étnicos, que não caberiam diante das demandas políticas, associadas aos modos de organização das populações atuantes, mas sim dar atenção ao contexto intersocietário e aos diferentes parâmetros em jogo nesse contato. Nesse caso, ele discute a necessidade de visualizar essas relações e a forma como se constituem os grupos étnicos a partir de processos identitários, nos quais, lembrando Barth (2011), os limites são construídos no contato.

A noção de territorialização se refere a uma forma de intervenção política que associa coletividades específicas a limites geográficos,

[...] onde o movimento pelo qual um objeto político-administrativo vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 56).

Oliveira Filho vai além da conceituação de Maine, utilizando-se da obra de outros autores, como Balandier (1951), para falar em territorialização enquanto processo político que impõe percursos e reordenações a partir das relações de poder instituídas. Esse fator é caro à Oliveira Filho na medida em que é por intermédio dessas relações que é possibilitada a visualização da realidade de interações e modificações recíprocas. Dessas relações, afirma ele, resultam processos de reorganização sociocultural muito específicos.

---

<sup>4</sup> Oliveira Filho diferencia territorialização de territorialidade, tal como utilizada por geógrafos franceses, como algo inerente a cada cultura, mas que, com esse uso, não contemplaria a diferenciação no contato, com implicações para um olhar congelado sobre os grupos étnicos em suas relações entre cultura e ambiente natural. Porém, há outros autores que se utilizam dessa última noção, com os cuidados referidos pelo autor, a partir de vertentes teóricas muito distintas, como na ótica filosófica deleuziana, que não será abordada nesse texto (DELEUZE, PARNET, 1998).

Oliveira Filho, em seu texto, chamou a atenção para o cuidado em se estudar esses processos identitários também como atos políticos, remetendo às “comunidades étnicas”, descritas em Weber (1983). Como Weber observou, essas relações apresentam sua singularidade pela base em uma crença subjetiva de uma procedência em comum, fazendo referência à pertinência à raça, quando sentida subjetivamente enquanto característica comum e levada à formação de objetivos comunitários. Weber citou uma série de elementos que contribuem para a afinidade étnica. São hábitos e costumes da comunidade e suas condições de vida que, de maneira dinâmica, são combináveis e variáveis: as crenças religiosas; a formação de uma comunidade linguística; as formas de vida cotidiana e diferenças esteticamente marcantes; a homogeneidade da regulamentação ritual da vida e a consanguinidade seja ela real ou imaginada.

Poutignat e Streiff-Fenart (2011, p. 40), com base também em Weber, reforçam que as identidades étnicas se reafirmam a partir da diferença, ou seja, não é *“o isolamento que cria a ideia de pertença, mas, ao contrário, a comunicação das diferenças das quais os indivíduos se apropriam para estabelecer fronteiras étnicas”*, com tensões entre estados internos e exigências exteriores. Justamente por serem os indivíduos quem conferem significado a determinada ação, a realidade não tem sentido único, portanto, necessita de análise empírica das construções e convenções sociais. Weber cita o exemplo dos negros nos EUA, onde eles seriam vistos como grupo que é mentalmente desqualificado, remetendo ao histórico de escravidão, em posição diferenciada dos indígenas no mesmo país (WEBER, 1983).

Oliveira Filho (1998), utilizando a metáfora da “viagem da volta”, faz uma análise que relaciona intimamente etnicidade e território:

O que a figura poética sugere é uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da autoctonia.

O sentimento de pertencimento e o comprometimento com o grupo é sentido em especial em situações de contraste com outros grupos de características distintas, desencadeadas ou reforçadas principalmente em momentos de disputas. Porém, Weber chamou a atenção que a repulsão não é restrita aos grupos de características antropológicas comuns, em contraste com outros grupos, e também não tem estritamente definida a intensidade pela afinidade racial do grupo, mas está principalmente relacionada a diferenças socialmente construídas (e não somente os significados objetivos), com base na disposição ou na tradição, agindo em boa medida através da desqualificação do outro (WEBER, 1983).

Esses limites podem ser reforçados, como lembra Weber, nas diferenças exteriormente refletidas, com a ideia de honra e dignidade em relação ao Outro, sentidos pelo indivíduo (de coletividade para coletividade), ou de estigmatização, o que pode influenciar a ação comunitária de um grupo. Diante disso, considero que, para chegar até a configuração atual dos territórios negros em São Lourenço, é preciso descrever algumas das estratégias de territorialização operadas por grupos ou indivíduos negros para permanecer na região, a qual é marcada também pela presença de outros grupos étnicos, como descendentes de indígenas, portugueses e teutos, cada um com condições de acesso a terra distintos, bem como com relações específicas com o poder público, que influenciaram na formação das configurações sócio históricas atuais do município.

### **TRAÇANDO ALGUMAS LINHAS PARA SE PENSAR A PRESENÇA NEGRA EM SÃO LOURENÇO**

Na conformação agrária do Brasil meridional no século XVII e XVIII, a colonização portuguesa nesta região foi estratégica do ponto de vista político e militar, resultando na ocupação das áreas em constante conflito com a Espanha pela doação de sesmarias a luso-brasileiros para assegurar o domínio português através da ocupação de terras e formação de rebanhos (OSÓRIO, 2007). Das sesmarias posteriormente se originaram médias e grandes estâncias que tinham como principal atividade a criação de gado em áreas de campo, baseada no latifúndio agropastoril na região pampeana (a qual englobava também os territórios espanhóis), atividade de grande importância na constituição das elites locais.

Osório traz dados importantes sobre a presença de escravos campeiros e roceiros nestes estabelecimentos, ao lado de peões livres contratados sazonalmente, enfatizando que houve utilização de mão de obra escrava desde o início da colonização do Rio Grande do Sul. Também é destacada a presença de lavradores já nesse período, com a posse de pequenas unidades de produção utilizadas para agricultura e criação de animais (OSÓRIO, 2007).

A partir do final do século XVIII, as estâncias de criação de gado passaram a abastecer as charqueadas que se estabeleceram na Vila de São Francisco de Paula, atual Pelotas, que consistiam em propriedades industriais de produção de charque, atividade que se tornou a principal da região, com seu auge no século XIX. Também baseada no escravismo, porém mais intenso do que nas estâncias, as charqueadas articularam diferentes setores produtivos e municípios, consolidando alguns locais como de criação ou como caminho das tropas de gado vindas de outros estados, caso dos campos de São Lourenço e de Canguçu (OSÓRIO, 2007).

Mais especificamente na área que compreende o município de São Lourenço, ocorreram dois períodos mais intensos de colonização europeia, um com imigrantes luso-portugueses e outro com

germânicos<sup>5</sup>. Inicialmente, a ocupação foi realizada principalmente em áreas de campos, próximos à Laguna dos Patos, ainda no século XVIII, quando ocorreu o povoamento também com a doação de sesmarias onde se formaram estâncias agropastoris, seguindo a lógica de ocupação da região fronteira, na qual o sistema escravista estava marcadamente presente.

Inicialmente, um núcleo de povoamento se formou na Fazenda Boqueirão, localizada entre a Serra dos Tapes e as áreas de campo, onde foi construída uma capela. A localidade, que recebeu o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Boqueirão, correspondia ao 4º distrito da Vila de São Francisco de Paula (que englobaria hoje, além de São Lourenço, também parte do território do município vizinho Cristal e trechos de Turuçu e Pelotas), e foi habitada por peões livres, agregados e negros forros. Conforme dados do ano de 1833 sobre a população da Vila de São Francisco de Paula, mencionados por Arriada (1994 *apud* BOSENBECKER, 2011), nessa Freguesia o número de habitantes registrado era de 1830 pessoas, distribuídas em 250 casas. Deste total, 800 eram escravos e 250 libertos.

A partir de 1858, a Serra dos Tapes, área pretensamente desocupada, também foi incorporada por projetos de colonização europeia. Os empreendimentos colonizadores em áreas não utilizadas pelas estâncias foram estimulados no século XIX com a intenção de reordenamento dessa área, de modo a estimular a agricultura em pequenas propriedades, para abastecimento interno, e a ocupar espaços ociosos do ponto de vista econômico, colaborando para o processo de mercantilização da terra<sup>6</sup>. Com isso, imigrantes pomeranos e alemães formaram a colônia de São Lourenço (rodeada por estâncias), um empreendimento particular realizado inicialmente em parceria entre o estancieiro José Antônio de Oliveira Guimarães e o empresário Jacob Rheingantz.

Nesse contexto, deparamo-nos com uma configuração interétnica singular. Pelo aquilombamento e pela posse, os matos da Serra dos Tapes já eram habitados e se tornaram uma rota de deslocamentos para lavradores nacionais, agregados, posseiros, indígenas e negros (ZARTH, 2002), grupos que em alguma medida também compartilhavam situações de subordinação. Com isso, esta serra se estabeleceu como um local de fuga de escravos ainda no final do século XVIII, em especial pelo Arroio Quilombo e o Passo dos Negros (RUBERT, WOLFF, 2011)<sup>7</sup>.

Ressalta-se, entretanto, que as condições de acesso à terra dos imigrantes foram distintas das de outros moradores já estabelecidos na Serra dos Tapes e arredores. E como menciona Rubert (2009, p. 171) sobre esses processos de territorialização, a ocupação da Serra dos Tapes por imigrantes “[...] tornou mais

---

<sup>5</sup> Há também descrições de povoamento por um grupo familiar extenso oriundo de São Paulo na localidade de Campos Quevedos, em período anterior ao da colonização teuto (BOSENBECKER, 2011). Esse grupo teria origem espanhola (HAMMES, 2010).

<sup>6</sup> É importante mencionar que antes da implementação da colônia de São Lourenço houve o marco da Lei de Terras, em 1850, que restringiu o acesso a terra para quem não tivesse o título legal, atuando na consolidação dessa mercantilização.

<sup>7</sup> Uma importante referência à fuga de escravos das estâncias e charqueadas em direção à Serra dos Tapes é ao grupo do *General* Manoel Padeiro, que causou inúmeros prejuízos aos proprietários da região, com saques, roubo de escravos e destruição de casas, explicitamente afrontando a ordem escravista vigente. As ações do Bando de Manoel Padeiro foram registradas em Pelotas em processos criminais do ano de 1835. (MAESTRI, 1997; AL ALAM, 2008).

*tensa as relações étnico-raciais, tendo em vista que as áreas de relevo acidentado também passaram a ser cobiçadas para o desenvolvimento de atividades agropecuárias em propriedades de pequeno e médio porte”.*

Ao longo do século XIX, quando a população liberta crescia, e mesmo no Pós-Abolição, as condições de vida dos ex-escravos e seus descendentes se mantiveram precárias. Atualmente, a memória dos quilombolas sobre os antepassados discorre frequentemente sobre a exclusão social e a expropriação de territórios de plantio e de morada, limitando a produção própria de alimentos e a relativa autonomia, fator estreitamente relacionado com a consolidação de trabalhos mal remunerados e mesmo casos de situações análogas ao trabalho escravo. Com isso, em uma configuração agrária duplamente limitada (de um lado, pelas colônias de imigrantes, por outro, pelos latifúndios), as estratégias de territorialização e reprodução social de ex-escravos e seus descendentes foi marcada pela resistência (RUBERT, SILVA, 2009).

Desse modo, um elemento constitutivo do município de São Lourenço é a interação entre grupos étnicos, onde as fronteiras são demarcadas, atualizadas e reformuladas constantemente, como menciona Barth (2000). De maneira complexa, ao mesmo tempo em que há elementos de estigmatização racial na memória desses grupos (conflitos, violência, relações trabalhistas consideradas injustas, exclusão), há também a reconstrução de fronteiras a partir de casamentos interétnicos, relações de compadrio e a presença de filhos de criação negros em famílias brancas<sup>8</sup>.

Diversos elementos são constitutivos dos territórios negros atuais, como a posse, o aquilombamento, a doação por testamento, a compra (em dinheiro, trabalho ou outros bens) e mesmo a recompensa pela participação em conflitos armados, elementos que oscilavam entre dependência e antagonismo entre famílias negras e outros grupos (RUBERT, 2009). Recorrendo a esses elementos, um ponto importante foi a tensão entre fixação e mobilidade desses grupos nesses locais. Como menciona Castro (1995 *apud* ARIZA, 2012), se o acesso à mobilidade (sazonal ou permanente) pode ser considerado uma forma de liberdade (acessada ainda no período escravocrata), em busca de melhores condições de vida, a tentativa de fixação em um território era um elemento importante para a consolidação das famílias negras no Pós Abolição. Segundo Ariza (2012):

Somente diante do enraizamento em realidades locais e da consolidação do que chamamos de redes de solidariedade e de reconhecimento social, estreitamente vinculadas à formação de família, vizinhança e ao advento de uma ocupação estável, seria possível assegurar e legitimar uma liberdade construída cotidianamente (ARIZA, 2012, p. 36).

Nesse sentido, um momento marcante na constituição das atuais comunidades do município de São Lourenço do Sul foi a fuga de escravos, na segunda metade do século XIX, de uma estância de Canguçu,

---

<sup>8</sup> A literatura atual também menciona essas relações, ressaltando que os imigrantes não possuíam “cultura escravocrata” e eram proibidos por lei de comprarem escravos, em uma visão mais branda dessa relação (HAMMES, 2010). Entretanto, nos relatos dos quilombolas entrevistados, são mencionados casos de formação de relações servis através das adoções, questão que demanda maiores aprofundamentos.

a estância da Figueira. O grupo teria se dividido e acabado formando as comunidades de Torrão, Serrinha, Faxinal e Picada. Segundo relato de uma moradora da Picada, na localidade de Santa Tereza, houve uma peculiaridade em relação a essa fuga: uma criança, seu antepassado, perdeu-se do grupo e foi encontrada e criada por uma família de origem germânica moradora dos arredores do atual território da Picada. A Picada, posteriormente, foi habitada por outras famílias negras, tendo acesso a terra pela posse, doação e compra de terras<sup>9</sup>.

Na memória dos deslocamentos, a presença de um maior número de famílias negras no passado é uma informação muito recorrente nas comunidades de São Lourenço, bem como o acesso a uma rota de deslocamentos entre as comunidades negras da região ainda no período escravista. Essas rotas foram alimentadas ao longo do tempo, tendo com origem ou destinos locais como Canguçu, Pelotas, Camaquã, Cristal e mesmo a Banda Oriental, atual Uruguai<sup>10</sup>. Com isso, uma memória em comum a diversas comunidades é a recepção de famílias negras vindas de outras comunidades, bem como os deslocamentos para locais onde já havia algum laço, com a formação de espaços de acolhimento e trocas matrimoniais.

Ao longo do tempo, essas e outras famílias se movimentariam e fixariam “pelos matos”, tendo refúgio em “terras de negros”, justamente onde não eram incomodados, buscando possibilidades de trabalho ou plantio. Como menciona um ancião da comunidade da Picada, em São Lourenço, até mesmo as residências, por serem distintas das demais (de barro) eram distantes das estradas, para não chamarem a atenção como indicativo da presença negra. Na Vila do Torrão, os moradores mais antigos mencionam um intenso ir e vir do município de Canguçu, dada a proximidade desta comunidade com o município, com laços matrimoniais entre parentelas das duas localidades principalmente até meados do século XX.

Mas o Rincão é relatado com um dos locais de mais intenso fluxo de deslocamentos, tornando-se espaço de acolhimento e morada de outras famílias negras, bem como de indígenas e, mais recentemente, também de colonos. Da mesma forma, tornou-se um local de onde saíram muitas famílias, com destinos diversos, como mencionam antigos e atuais moradores. A comunidade, segundo relatos de diversos interlocutores, foi ocupada inicialmente pela herança dada à família Pereira (que ainda vive na comunidade), com relatos vagos sobre o período da doação. Alguns moradores mencionam que ela ocorreu “depois da guerra”, indicada como sendo a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), e outros mencionam que foi uma doação da Princesa Isabel (em data posterior à Revolução, portanto).

---

<sup>9</sup> Segundo os relatos de campo, trabalhadores do Coronel Centeno teriam se deslocado para parte do território atual, em área que o fazendeiro teria cedido para famílias negras. Depois de muitos anos, duas idosas negras que ainda moravam na área cedida pelo Coronel foram expulsas pelos descendentes dele. Até o momento não foram encontradas mais referências sobre um coronel de sobrenome Centeno no município.

<sup>10</sup> As fronteiras entre nações, como o vizinho Uruguai, não se constituíam de maneira fixa. Como menciona Lima (2007), a fronteira é um espaço de inúmeras trocas materiais e imateriais e de interações, e entre Brasil e Uruguai transitavam soldados, escravos, gado, contrabandos. O autor relata casos da reescravidão de negros nascidos no Uruguai, local onde a escravidão já havia sido proibida em 1842. Neste período também ocorria a fuga de brasileiros para o Uruguai em busca de liberdade.

Como em outros territórios negros brasileiros, nessa comunidade é recorrente a falta de títulos legais da terra. No caso do Rincão, parte do território herdado estaria atualmente em poder de famílias latifundiárias, pela manipulação do código da escrita, acompanhado, no caso, pelo extravio de um mapa que teria a medição das terras doadas, como relatou o morador mais antigo da comunidade, dado confirmado também por vizinhos que habitam a localidade do Prado, ao lado do Quilombo. O mapa com a indicação da doação das terras foi entregue a um colono que teria afinidade com a família Pereira, na tentativa de enviá-lo ao poder público para realizar a regularização das terras, mas foi extraviado, como relatado pelo mesmo ancião. O mapa continha a medição de 1501 braças de terra doadas. Situações de “extravio de documentos” também são relatadas por Rubert (2009) como recorrentes:

[...] pelo extravio dos “papéis” [escritura da terra, testamentos dos antigos senhores ou comprovante de pagamento de impostos junto ao Incra], confiados a pessoas externas às comunidades que se responsabilizariam pela regularização fundiária; pela má fé de agentes judiciários que, mesmo conhecendo mecanismos que amparariam os direitos costumeiros das comunidades, auxiliaram ou deram ganho de causa aos expropriadores (RUBERT, 2009, p. 175).

Mais algumas observações em relação aos processos de formação do território dessa comunidade, que se aproximam da realidade das demais, podem auxiliar no debate sobre as ações do poder público. Como já mencionado, esse é um local de grande fixação de parentelas negras, mas que passou por um fluxo intenso de abandono de terras nessa localidade, principalmente na segunda metade do século XX. Segundo alguns moradores, esse esvaziamento teria ocorrido devido à estigmatização do local, identificado como *terra de negros* e, conseqüentemente, desvalorizado, acrescido da necessidade de busca por locais onde houvesse mais oportunidades de trabalho. Essas delimitações (internas e externas) dos modos de vida, reconhecidas socialmente, podem ser um fator de identificação dos territórios quilombolas, nos quais laços solidários de ajuda mútua que informam sobre as regras que regem a vida cotidiana sobre a terra comum, mobilizadas e reorganizadas de maneira contínua, influenciam na consolidação de estratégias de territorialização.

Atualmente, entretanto, há um movimento de retorno e repovoamento do local, e um dos principais motivos é a oportunidade de acesso a programas de habitação implementados pelo governo federal (Minha Casa Minha Vida, por meio do Programa Nacional de Habitação Rural) no Rincão das Almas e nas demais comunidades quilombolas do município, com a mediação de organizações regionais. No Rincão das Almas estão sendo construídas mais de 120 casas, fato considerado como uma grande vitória para os moradores, apesar dos conflitos no processo<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Após anos de espera pelas habitações através de uma organização de assistência técnica, moradores de diversas comunidades decidiram solicitar suas casas por intermédio de outra organização, uma cooperativa de crédito, situação que dividiu algumas

Assim como as casas que estão sendo construídas pelo Programa, nas comunidades negras do município, as casas que os quilombolas moram atualmente são de alvenaria, feitas com recursos próprios. Entretanto, cabe mencionar que nas comunidades negras da região eram comuns as casas de barro, feitas de torrão (grandes blocos de terra) ou de pau a pique (barreado), cobertas por capim santa fé. Porém, ao visitar as comunidades, percebemos que elas não estão mais presentes, frequentemente indicadas como em desuso e símbolo de atraso. A casa de barro chega a ser apontada como elemento que poderia ser reconstruído, mas como um memorial, mostrando como os negros viveram e as dificuldades extremas que passaram, tempo pretérito.

Esse tipo de construção e arquitetura pouco a pouco estão desaparecendo e são indicados elementos que justificam essa escolha: havia risco de desmoronamento de paredes, principalmente em períodos chuvosos; a possibilidade de incêndio era real, principalmente pelo fato de que os principais meios de elaboração de alimentos eram fogões a lenha ou fogueiras no chão. Porém, essa memória é entremeada por certo saudosismo, por remeter a boas recordações – dos momentos de cantoria em volta do fogão à lenha dentro de uma cozinha de barro, da mãe que sabia construir “feito um João de barro”, com muita alegria; da estabilidade térmica (“*era quente no inverno e fria no verão*”) e outros elementos, como relata também um grupo familiar em especial da Vila do Torrão, local que recebeu esse nome justamente pela presença da construção de barro com a técnica de torrão.

Para uso atual, não sobram dúvidas de que as casas de alvenaria, apesar de apontados alguns problemas, são a única habitação possível. Para se chegar nesta certeza atual, há que se pesar alguns elementos de análise, como a atuação de órgãos públicos, a exemplo da Funasa, que parecem ter sido essenciais na desconstrução e desvalorização das casas de barro, quando estabeleceram que estas casas não seriam adequadas e poderiam disseminar insetos indesejáveis (o barbeiro, no caso). Preponderam, dessa maneira, ideias com traços higienistas sobre elementos culturais em nome de uma noção de saúde idealizada e dedutiva.

Mas o caminho da estigmatização já estava sendo trilhado anteriormente. Até bem pouco tempo, as casas de barreado e de torrão eram um elemento diretamente vinculado ao ser negro na região – que, por sua vez, era vinculado ao ser desprovido de recursos financeiros para a construção de uma casa de outro material. Em um encontro que resultou em uma entrevista conjunta com duas famílias da Picada, o relato de um dos quilombolas foi de que a estratégia possível para evitar a estigmatização foi a própria mudança operada e o abandono de alguns elementos mais marcantes, como a casa de barro: “*Não foi os colonos [de descendência pomerana] que mudaram, foi a gente. Eles nunca entrariam numa casa de barro. Hoje em dia a gente tem casa melhor do que a deles*”.

---

comunidades. Após, as relações entre essas comunidades e organizações foram abaladas politicamente, mas não encerradas, e as disputas entre *qual organização deve estar nos quilombos* é uma questão presente.

Essa mudança, em certa medida imposta, mas também almejada, dadas as duras condições de vida e a impossibilidade de construir outros caminhos, é conectada com processos mais amplos e com a vigência de um modelo de desenvolvimento econômico que não contempla a diversidade étnica, apoiado por antigas e novas políticas públicas que incidem sobre o rural como um todo e sobre essas comunidades. A afirmação desse modelo incide nessas comunidades negras, seja pela estigmatização quando não acompanham a mesma lógica, seja pela expropriação de terras por outros atores que se consideram mais legítimos detentores de terras, seja ainda pela desvalorização cultural desses grupos identitários, situação que, em tese, começaria a ser modificada com a efetivação de políticas específicas.

### **POLÍTICAS PÚBLICAS DE RECONHECIMENTO IDENTITÁRIO EM EVIDÊNCIA NO CONTEXTO LOCAL**

O território, mais do que um ambiente geográfico, faz lembrar um sentimento de pertencimento, o "habitar" o lugar. Como espaço de relações, refere-se a práticas locais, do conhecimento local e suas especificidades, mas também a intenções, projetos futuros, realizações, representações que expressem as interações dos indivíduos e grupos, sem necessariamente envolver a ideia de posse ou de propriedade da terra (ANJOS, 2004). Na memória da escravidão para as comunidades negras, segue Anjos, o primeiro território a ser reapropriado pelo escravo, ao ser liberto, foi seu próprio corpo, enquanto território de resistência, do qual seu senhor, na época em que a escravidão estava instaurada, tinha "posse", para explorar seu trabalho.

Mas as memórias da escravidão são muito diversas, ou mesmo podem ser apagadas. No âmbito da presente pesquisa, há uma recorrente associação da escravidão como algo inaceitável atualmente, mas algumas marcas permanecem. Por exemplo, quando emergiu, em uma conversa sobre o tema da presença de trabalho em condições análogas ao trabalho escravo nos dias atuais, os olhos de uma senhora da comunidade quilombola do Rincão das Almas se encheram de lágrimas ao dizer que já teve que trabalhar em troca de comida, atividade que foi associada, durante a conversa, com a escravidão.

Se associações de experiências de trabalho com as mazelas da escravidão ainda são recorrentes, atualmente uma delas é feita junto ao trabalho como diaristas em lavouras de fumicultura, principal atividade realizada no município. Um jovem do Torrão que trabalha nessa atividade lembrou, durante uma conversa que versava sobre a necessidade de autovalorização dos negros, que as remunerações ofertadas no entorno da comunidade, no verão de 2013, chegavam a 25 reais por dia, com cerca de 10 horas de trabalho, colhendo e transportando até 70 kg de fumo, enquanto que em outros locais esse valor chegava a 70 reais por dia. Ele finalizou dizendo que os negros não podiam aceitar valores tão baixos, pois "o tempo da escravidão já passou".

O mesmo interlocutor relatou posteriormente que sabia que poderia processar judicialmente o patrão, mas disse que preferiu negociar diretamente com ele, pois acreditava também que se levasse adiante um processo nunca mais conseguiria emprego na colônia<sup>12</sup>. Quando se fala em relações de trabalho, em muitos casos o sentimento de injustiça é acompanhado de uma constatação de que o espaço para manobra é pequeno e o preconceito racial é arraigado, como citou uma liderança quilombola, parafraseando a fala de um amigo: “*Emprego está difícil, e a cor [da pele] ainda não ajuda...*”. Nesse sentido, as políticas voltadas para o fortalecimento das comunidades quilombolas são vistas como trazendo uma possibilidade de mudança de paradigmas no que diz respeito ao preconceito racial.

O processo de reivindicação identitária de comunidades quilombolas, institucionalizado no Brasil posteriormente à Constituinte, em 1988, e sua recente inserção em políticas públicas às quais elas estavam marginalizadas (água, luz, moradia e, em um processo mais difícil, regularização fundiária de territórios tradicionais), é efetivado por diferentes instâncias do poder público e por diversos programas<sup>13</sup>. A categoria em questão é fruto da positivação da categoria histórica de quilombo, local combatido pelo Estado brasileiro no período escravocrata por abrigar escravos fugitivos<sup>14</sup>. Atualmente, engloba grupos de todo o país, cada um com suas especificidades e categorias nativas de autorreferência (ARRUTI, 2010).

O situar-se como quilombola, ou seja, identificar-se com históricos de resistência presentes em outras comunidades e poder vislumbrar a possibilidade de valorização e mudança de estigmas pode ser considerado como uma mobilização política importante. Com essa inserção, é possível mencionar aspectos como autoestima, valorização e mudanças de estigmas, ou seja, uma positivação e a possibilidade efetiva de acesso a direitos que apesar de universais, não eram acessíveis a essas comunidades. Por exemplo, o fornecimento de energia elétrica chegou a algumas das comunidades de São Lourenço somente em 2006, por meio de programas públicos.

Entretanto, se essas dinâmicas atuais de ação política presentes nas comunidades negras rurais implicam, por um lado, em uma abertura para direitos sociais, por outro, podem provocar desavenças internas, disputas por recursos etc. Além de classificações, visões de mundo e modelos de desenvolvimento distintos em jogo nos programas e projetos voltados a esses grupos, que em algum momento se encontram e contrastam, as implicações da entrada desses grupos em processos de reconhecimento identitário são muito complexas e, mais do que simplesmente contrastá-las, é interessante visualizar como essas

---

<sup>12</sup> Uma “boa conduta” e certa proximidade parecem não assegurar o almejado respeito junto aos patrões, como no relato de um morador da Picada que trabalhou muitos anos em uma casa de comércio de colonos, mas teve que entrar na justiça para poder se aposentar, enfatizando sua tristeza no fato de que o ex-patrão não auxiliou no processo.

<sup>13</sup> Sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), pode ser destacado o Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, articulando ações interministeriais. É uma política que teria como objetivo reduzir desigualdades raciais no país e proporcionar ações de disponibilização de infraestrutura básica, de apoio a projetos de valorização sociocultural e de incentivo a ações de desenvolvimento local.

<sup>14</sup> Esse histórico demonstra que as relações com o poder público são diversas e antigas, atravessando formas de policiamento, de marginalização (exemplificadas pelas políticas de combate aos quilombos) e de expropriação, como a política de terras operada no século XIX.

classificações são tensionadas e são objeto de mediações muito particulares<sup>15</sup>. Diversos fatores podem ser mencionados neste tensionamento além das vontades de cada grupo (heterogêneas internamente), tais como as exigências legais do poder público para o acesso a direitos e as disputas entre significados e categorizações sobre “o que deve ser” uma comunidade quilombola.

A própria normatização estatal no Brasil é entendida como inapropriada diante das demandas dessas comunidades, devido aos diversos entraves burocráticos. Destaca-se a dificuldade em assegurar a titulação dos territórios negros historicamente expropriados, ponto de maior questionamento por diferentes atores que compõem quadros de poder instituídos no Brasil, dado que exige um confronto junto a símbolos sacralizados, como a propriedade privada, e também pelas dificuldades do próprio Estado em conduzir o processo de modo a evitar o acirramento de conflitos locais.

Diante desse quadro, um ponto a ser problematizado também é a forma de acesso a essas ações, dado que, para atingir os objetivos almejados pela comunidade, há a entrada desses sujeitos em um jogo político em que são impostas regras definidas pelos atores já presentes, que atuam como mediadores do acesso a essas políticas. Outras regras de tomada de decisão interna a cada grupo, construídas ao longo do tempo, podem ser desarticuladas ou modificadas, devido ao desânimo e frustração diante das ações intermitentes do poder público, da falta de recursos, da dependência em relação a organizações mediadoras e ao Estado, bem como dos tempos da burocracia que são distintos da temporalidade e das urgências dos quilombolas. Da mesma maneira, os objetivos daqueles que se colocam como representantes dos grupos podem ser redelineados ao longo do tempo.

No caso das comunidades negras rurais, uma “associação da comunidade quilombola” foi a forma encontrada junto ao Estado para efetivar o acesso a outras instâncias e para ser um canal de diálogo com o Estado. Com isso, os grupos entrariam na esfera da legalidade e expressariam suas escolhas coletivas através da associação para atender suas necessidades coletivas, como no caso da regularização fundiária com títulos coletivos da terra (BRASIL, 2003). Porém, isso não quer dizer que todos os grupos possuam afinidade com o modo de organização da associação, onde não são priorizados necessariamente laços anteriores, que incluem relações de parentesco e hierarquias familiares.

Com isso, a articulação das comunidades negras em associações, ao mesmo tempo em que estimula a organização coletiva, também pode criar divergências que não necessariamente facilitam as escolhas comuns. O grupo, ao ter que fazer escolhas coletivas, complexas por si, por meio de uma associação, se vê diante das dificuldades de produzir uma unidade que não é dada previamente, que não está isenta de relações de poder e que podem ou não respeitar relações anteriores. Essa forma de organização impõe também uma série de tarefas organizativas, como reuniões, entrega de documentos, representações em espaços públicas etc. Nesse sentido, diversos fatores podem se destacar, como

---

<sup>15</sup> Uma análise interessante das contradições entre políticas de proteção e protecionistas, bem como suas implicações para o aumento da expropriação de povos tradicionais brasileiros, está em Almeida (2012).

confiança, diplomacia, coragem de enfrentamento dos desafios, carisma e capital político, fazendo e refazendo arranjos, alianças e interlocuções (SWARTZ, 1968).

Mas quando as promessas não se materializam, a frustração é um sentimento presente e as lideranças quilombolas são as mais questionadas pelos seus grupos, mesmo que a efetivação das ações não dependa somente delas. Conectado com isso, para muitos grupos, a efetivação das associações estimulou relações de dependência contínua por recursos do Estado, os quais chegam de forma fragmentada, mediados por atores que se colocam como necessários. É, em certa medida, estratégico para esses mediadores promoverem ações centradas na sua presença (e mesmo no seu capital político para angariar mais recursos), pois a manutenção desse tipo de relações tende a constituir laços de dependência pessoais ou bilaterais. Com isso, a política pública pode atuar também como mecanismo de adequação a sua condição de vida, apesar de se apresentar como transformadora de *status quo*, pois há vias de acesso a recursos que só se abrem quando os grupos aceitam regras já consolidadas.

Além disso, a esfera de participação da associação, na região, leva as lideranças para espaços públicos como fóruns regionais e também as conectam com agentes do poder público, além da presença de outras instituições. Nesse sentido, Dagnino (2002) trouxe elementos importantes sobre a questão da representação. Um deles diz respeito ao *“impacto da passagem para uma forma de atuação que se caracteriza pela ‘inserção institucional’ e privilegia os processos de negociação com o Estado no interior dos novos espaços trazidos pelo avanço democrático”* (DAGNINO, 2002, p. 292), com riscos de subordinação a interesses outros que não os das bases sociais. Essa reflexão é relativa às próprias estratégias assumidas pelos atores, que podem ser alternadas entre a institucionalização e a mobilização social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do texto, procurei discutir, a partir das dinâmicas de configuração territorial em sua complexidade étnico-racial na região, algumas das singularidades que dizem respeito à inserção de grupos quilombolas, considerados como minorias de poder, em políticas de reconhecimento. Entendendo que não se pode colocar os atores em uma posição de vitimização, considero que é preciso ver como negociam, negam, realizam trocas, aceitam e mesmo subvertem o que lhes é ofertado.

Torna-se importante refletir, nesse sentido, sobre como a categoria normativa do Estado, posta como necessária a esse reconhecimento, opera, a partir de ferramentas organizativas e canais de representação que podem se tornar arbitrários, diante da complexidade das categorias que se encontram em cada local e da maneira como se relacionam com a sua memória dos processos históricos (ARRUTI, 2008) e com a sua configuração territorial nessa região.

Em uma reflexão inicial, apesar da maior valorização das comunidades quilombolas e das conquistas de alguns direitos básicos, que seriam universais, mas não tinham sido alcançados anteriormente por esses atores, considero que a condição de subalternidade, porém, segue sendo colocada, pois não se fala em uma mudança efetiva de sua condição social ou em autonomia diante de quem possibilita o acesso a políticas, por exemplo. Desta maneira, o discurso de participação, inclusão e cidadania também merece problematização. Junto com a ideia de cidadania, outros processos sociais se entremeiam, como relações que podem ser consideradas de tutela, identificadas pelos quilombolas como sendo parte de um jogo no qual não se pode confiar plenamente. E as respostas das comunidades podem ser diversas, desde a negação desse tipo de mediação até a adoção de parcerias estratégicas, quando, para atingir seus desejos, internos ou construídos na própria inserção no campo político, as comunidades locais participam de determinada situação.

Mas se por um lado não se pode afirmar que as relações desencadeadas não trazem alterações ao contexto local, desejadas em alguma medida, dada a recorrente falta de condições básicas para o desenvolvimento de projetos de vida, por outro lado cabe problematizar o que é estabelecido como almejado para as comunidades, incluindo uma necessidade linear de desenvolvimento (para fugir do que é visto homogeneamente como pobreza) a partir de tais ações públicas. Ou seja, para romper com situações de estigmatização, seria necessário ser “incluído na sociedade”, apesar de ser oferecida uma posição que frequentemente mantém a situação de subalternidade.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AL-ALAM, C. C. *A negra força da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: edição do autor, Sebo Icária, 2008.
- ALMEIDA, A.W. B. Territórios e territorialidades específicas na amazônia: entre a proteção” e o “protecionismo”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, n. 64, p. 63-71, Jan./Abr., 2012.
- ANJOS, J.C.G. Identidade étnica e territorialidade. IN: ANJOS, J.C.G.; SILVA, S.B. (org.). *São Miguel e Rincão dos Martimianos: ancestralidade e territorialidade negra*. Editora da UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2004.
- ARIZA, M. B. A. *O ofício da liberdade: contratos de locação de serviços e trabalhadores libertandos em São Paulo e Campinas (1830 – 1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- ARRUTI, J.M. *Antropologia e direito nos embates em torno dos quilombos no Brasil*. VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas, Pernambuco. 15 a 19 de novembro de 2010.
- ARRUTI, J.M. Quilombos. IN: PINHO, O.; SANSONE, L. (org.). *Raça: Perspectivas Antropológicas*. Salvador: EDUFBA, 2008. 1. ed.
- BENTO, C.M. *O negro descendência na sociedade do Rio Grande do Sul (1635 – 1975)*. Porto Alegre, Grafosul, Instituto Nacional do Livro, 1976.
- BOSENBECKER, P. *Uma colônia cercada de estâncias: imigrantes em São Lourenço/RS (1857-1877)*. Porto Alegre: UFRGS, 2011. 166p. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós- Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BRASIL. *Decreto 4.887*, de 20 de novembro de 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4887.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm)> Acesso em março de 2003.
- CAPA - Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor/ MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Revelando os quilombos no Sul*. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2010. 64 p.
- COSTA, L. S. *Anastácia, Manuel Barbosa e Ferreira-Fialho, famílias e territórios negros: tradição e dinâmica territorial em Gravataí e Viamão, RS*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.
- DAGNINO, E. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades. IN: DAGNINO, E. (org.). *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 279-301.
- DELEUZE, G.; PARNET, C. *Diálogos*. São Paulo: Escuta, 1998.

- GUTIERREZ, E.J.B. *Negros, charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. Pelotas: EDUPPel/Mundial, 1993.
- GUTIERREZ, E.J.B. O Monte Bonito cobriu-se de sangue: história do Sítio Charqueador Pelotense. IN: 2 *Seminário Internacional de Patrimônio Agroindustrial*, 2010, São Carlos.
- HAMMES, E. L. *São Lourenço do Sul: radiografia de um município – das origens ao ano 2000*. São Leopoldo: Studio Zeus, 2010.
- LIMA, R. P. *O poder do sistema escravista e as redes de tráfico terrestre na fronteira do Brasil Meridional* (meados do século XIX). XXIV Simpósio Nacional de História. Associação Nacional de História – ANPUH. São Leopoldo, 2007.
- MAESTRI, M. J. O negro no sul do país. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 25, p. 231-240, 1997.
- MOREIRA, P.; AL ALAM, C. C.; PINTO, N. *Os Calhambolas do General Manoel Padeiro: práticas quilombolas na Serra dos Tapes (RS, Pelotas, 1835)*. São Leopoldo: Oikos, 2013.
- OLIVEIRA FILHO, J.P. Uma etnologia dos "índios misturados"? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p.47-77, 1998.
- OSÓRIO, H. Fronteira, escravidão e pecuária: Rio Grande do Sul no período colonial. IN: *II Jornada de História Regional Comparada*, Porto Alegre: PUCRS, p. 1-16, 2005.
- OSÓRIO, H. *O império português no sul da América: estancieiros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.
- POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Unesp, 2011. 250 p. 2. ed. Tradução Elcio Fernandes.
- RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. IN: SILVA, G.F.; SANTOS, J.A.; CARNEIRO, L.C.C. (Org.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento*. Porto Alegre: EDIPUC/RS, 2009. p. 165-181.
- RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. O acampesamento como sinônimo de aquilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. IN: GODOI, E. P.; MENEZES, M. A.; MARINA, R. A. (orgs.) *Diversidades de campesinatos: expressões e categorias*, v. 1, Construções identitárias e sociabilidades. São Paulo: Ed. da Unesp/Brasília: NEAD, p. 251-274, 2009.
- RUBERT, R. A.; WOLFF, L. P. S. *Territórios Negros na Região das Antigas Charqueadas (RS): memória e reconhecimento*. IX Reunião de Antropologia do Mercosul. 10 a 13 de julho de 2011 - Curitiba, PR.
- SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SWARTZ, M. J. *Local Level Politics: Social and Cultural Perspectives*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1968.

ZARTH, P. A. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, 2002.

WEBER, M. Las comunidades políticas. IN: WEBER, M. *Economía y Sociedad*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

Recebido em:08/07/2014  
Aprovado em:04/09/2014  
Publicado em:03/10/2014